

Sedpac debate em Brasília proposta de indulto para mulheres presas

Qui 09 fevereiro

O [secretário de Estado de Direitos Humanos, Participação Social e Cidadania, Nilmário Miranda](#), participou nessa quarta-feira (8/2) de reunião com a ministra dos Direitos Humanos, Luislinda Valois, sobre a concessão de indulto e comutação de pena para mulheres no dia 8 de março, Dia Internacional das Mulheres. O secretário também encaminhou a proposição à presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, uma vez que o tema é de total interesse do Poder Judiciário.

O documento propõe que o indulto seja concedido a "mulheres, nacionais ou estrangeiras, presas e condenadas ou internadas, exclusivamente por crimes cometidos sem violência ou grave ameaça e que já tenham cumprido certo lapso de pena".

"A concessão de indulto é prerrogativa exclusiva do Presidente da República. No nosso entendimento, as pessoas mais adequadas para tratar da pauta junto ao chefe do Executivo são a ministra dos Direitos Humanos e a presidente do STF", afirma o secretário.

Para Nilmário Miranda, diante da grave crise no sistema prisional brasileiro, é preciso discutir políticas públicas realmente capazes de reverter o caos instalado e levar em conta que o encarceramento feminino tem perfil diferenciado do masculino.

A proposta defendida pelo secretário foi elaborada pelo Conselho Nacional de Política Criminal de Penitenciária (CNPC), que produziu uma minuta de decreto pensada a partir das especificidades das mulheres encarceradas.

De acordo com estudo o Infopen Mulheres, produzido Ministério da Justiça, no período compreendido entre 2000 e 2014, enquanto o encarceramento masculino no Brasil aumentou 220,20%, o número de mulheres na mesma situação aumentou em 567,4%.

Em torno de 68% dessas mulheres possuem vinculação penal por envolvimento com o tráfico de drogas não relacionado às maiores redes de organizações criminosas, ocupando uma posição coadjuvante no crime.

Além do Ministério dos Direitos Humanos e do STF, o secretário também esteve no Congresso Nacional, onde se reuniu com as bancadas femininas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal para conversar sobre o decreto.